



CÂMARA MUNICIPAL DE PORTO VELHO
PODER LEGISLATIVO
GABINETE DA VEREADORA ELLIS REGINA

PROJETO DE LEI Nº. _____ GVER / CMPV/ 2019.

PROTOCOLO
Divisão das Comissões

Proj. de Lei nº 3984/2019

Proj. de Lei Comp. nº _____

Resolução _____

Decreto Legislativo _____

Emenda _____

Data 04/11/19 Horário 17:50

“Dispõe sobre a proibição de homenagens a pessoas condenadas pela justiça Penal em logradouros, obras, prédios, praças e monumentos públicos no município de Porto Velho - além de concessão de títulos e prêmios”.

O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE PORTO VELHO, usando da atribuição que lhe confere o inciso IV do artigo 87 da **LEI ORGÂNICA MUNICIPAL DE PORTO VELHO**.

FAÇO SABER QUE A CÂMARA MUNICIPAL DE PORTO VELHO aprovou e eu sanciono a seguinte: LEI:

Art. 1º. Fica proibida a concessão de homenagem a pessoas condenadas pela justiça por inflação Penal em logradouros, obras, prédios, praças e monumentos públicos Município de Porto Velho.

Art. 2º. Incluem-se na vedação do caput deste artigo a denominação de ruas, avenidas praças, pontes, viadutos, conjuntos habitacionais, escolas, teatros, centro de saúde, centro desportivos, centro sociais, também incluem – se também violências contra as mulheres, fraude, crime contra meio ambientes, tráficos de drogas e exploração sexual.

Art. 3º. A pessoa que for solicitada para homenagem terá que apresentar a Certidão do Tribunal de Justiça para as devidas homenagens.

Art. 4º Esta lei entra em vigor na data de sua aplicação.

Sala das Sessões, 04 de novembro de 2019.

ELLIS REGINA BATISTA LEAL
VEREADORA / PCdoB



CÂMARA MUNICIPAL DE PORTO VELHO
PODER LEGISLATIVO
GABINETE DA VEREADORA ELLIS REGINA

JUSTIFICATIVA

Senhor Presidente,
Nobres Vereadores,

O presente Projeto de Lei é resultado dos esforços da sociedade que culminaram com a busca em questões da ética, moral, dignidade e justiça, homenageando pessoas de ilibada reputação, que tenham contribuído com o seu trabalho para tornar a sociedade mais justa, respeitando o estado que regulamenta o direito e as normas fundamentais do cidadão.

A sociedade não deve compactuar com o Poder Público ao aprovar pessoas que foram condenadas pela justiça. Nós, que somos representantes do povo, devemos estabelecer critérios e sermos mais severos no momento da escolha das pessoas a serem homenageadas, seja com honrarias, títulos, ou mesmo com a denominação de escolas, estradas, viadutos, dentre outros.

Na Alemanha já houve ações semelhantes a este projeto de lei e foram implementadas após o término da segunda guerra mundial, eliminou toda e qualquer homenagem ou referência às pessoas condenadas por prática de crimes. Assim, por meio da presente proposição, pretendemos contribuir para fortalecer a democracia, estabelecendo um preceito legal para reger a concessão de homenagens e denominação de bens públicos.

Produzir leis voltadas para proporcionar o bem da coletividade é o nosso dever, apresentando soluções favoráveis à população. Sendo assim, solicito aos nobres colegas a aprovação desta proposição.

Sala das Sessões, 04 de novembro de 2019.

ELLIS REGINA BATISTA LEAL
VEREADORA / PCdoB